

Demonstrações Financeiras

**Trinus Capital Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.**

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022,
com relatório do auditor independente

Relatório da administração

Senhores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A** (“**Trinus Investimentos**” ou “Companhia”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensagem da Administração

A **Trinus Investimento** tem por objeto social de uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) estão voltados para a intermediação financeira entre emissores de títulos e investidores, oferecendo diversificação de investimentos, acesso ao mercado de capitais para captação de recursos por parte de empresas, proteção ao investidor através do cumprimento de regulamentações, prestação de assessoria financeira, incentivo à inovação financeira, contribuição para o desenvolvimento econômico ao estimular o crescimento empresarial e promover a educação financeira entre os investidores.

Em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções N° 4.557/17 e N° 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Trinus Investimentos e Trinus SCD mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2023, os limites operacionais da **Trinus Investimentos**, estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Companhia, os limites apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Destaques do período

Negócio

A Trinus DTVM durante 2023, continua com status de “produção assistida”, operando somente para grupo de clientes controlados. A estratégia inicial de ser uma plataforma com foco B2C (Clientes Pessoas Físicas), foi alterado pela companhia Trinus no ano anterior, para uma plataforma de distribuição dedica ao público B2B (Clientes Pessoa Jurídica).

Para seguir com a nova estratégia, teve-se início o processo de implementação e adaptação dos serviços e produtos para priorizar esse novo tipo de cliente. Estamos com esforço junto aos fornecedores de desenvolvimento de um novo sistema de cadastro digital para PJ; e reenquadrámos os produtos distribuídos que sejam aderentes a necessidades destes novos clientes, para isso foi tomada a decisão de não ofertar os serviços de negociação de renda variável, tesouro direto, renda fixa privada, mantendo somente a distribuição de fundos via conta-e-ordem. Estamos seguindo o cronograma até março/2024 de encerrar todas as contas PF, desativando toda a plataforma de investimento.

Neste semestre, e comparação ao semestre tivemos aumento no volume distribuído no mercado primário pela instituição, prestação de serviços que pretendemos a continuar a direcionar todo nosso esforço comercial.

ESG

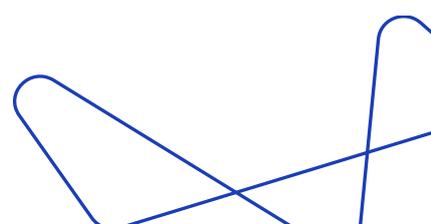
Movida pelo propósito transformador, a Trinus.Co, holding da Trinus Investimentos, assume o compromisso de fortalecer seu crescimento tendo a sustentabilidade como pilar norteador. Para isto, a holding conta com uma área exclusiva para endereçar e disseminar práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e de Governança) de forma transversal em todas as empresas que a compõe.

No primeiro semestre de 2023, a holding tornou-se signatária do Pacto Global da ONU e passou a integrar a RDCI+S, a maior rede de relacionamento, sustentabilidade e inovação do mercado imobiliário brasileiro. Por sua vez, a TG Core Asset, gestora de recursos do grupo, como signatária dos Princípios para o Investimento Responsável da ONU (PRI-ONU), realizou o primeiro report, informando como integra fatores ESG no seu processo de investimento e tomada de decisão.

Aderente aos compromissos firmados por todo o ecossistema da holding, a Trinus Investimentos, conta com: i) Treinamentos obrigatórios para todos os colaboradores acerca dos temas: Ética; Corrupção, Lavagem de Dinheiro, e Financiamento ao Terrorismo, Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Proteção de Dados; ii) Due Diligence de clientes (KYC), de gestoras dos produtos distribuídos e de prestadores de serviço terceirizados relevantes. As diligências são feitas através de plataforma de buscas terceirizadas e listas restritivas, em especial, CSNU, trabalho infantil e escravo; iii) Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e Política de Suitability divulgadas publicamente no site.

Aprovada pela Administração de 06 de março de 2024.

A Administração.



Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstração dos resultados.....	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma

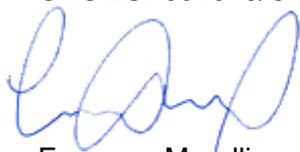
incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-F



Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em
31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	dez/23	dez/22
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.434	2.380
Instrumentos financeiros	4	-	14
Certificados de depósitos bancários		-	14
Outros ativos	5	571	782
Diversos		482	307
Despesas antecipadas		89	25
Partes relacionadas		-	450
Ativo circulante		17.005	3.176
Imobilizado de uso	6	101	169
Imóveis de uso		624	603
(Depreciações acumuladas)		(523)	(434)
Intangível	7	18	34
Ativos intangíveis		79	79
(Amortização acumulada)		(61)	(45)
Ativo não circulante		119	203
Total do ativo		17.124	3.379
Depósitos e demais instrumentos financeiros	8	12.538	71
Depósitos		12.538	71
Outras obrigações	9	991	636
Fiscais e previdenciárias		415	181
Provisão para pagamentos a efetuar		415	316
Diversas		161	139
Passivo circulante		13.529	707
Capital social	10	7.950	7.950
Redução de capital	10	(1.500)	-
Capital a integralizar	10	-	(1.500)
Ajustes de avaliação patrimonial		(42)	(42)
Prejuízos acumulados		(2.813)	(3.736)
Patrimônio líquido		3.595	2.672
Total do Passivo + Patrimônio líquido		17.124	3.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2ºsem/23	dez/23	dez/22
Receitas de intermediação financeira	11	1.503	3.737	3.168
Receitas com aplicações interfinanceiras		1.503	2.899	321
Receitas com títulos e valores mobiliários		-	1	270
Receitas de intermediação financeira		-	837	2.577
Resultado de intermediação financeira		1.503	3.737	3.168
Outras receitas/despesas operacionais		(1.164)	(2.467)	(2.908)
Receitas de prestação de serviços	12	1.526	2.372	136
Despesas de pessoal	13	(792)	(1.515)	(1.199)
Outras despesas administrativas	14	(1.652)	(2.881)	(1.653)
Despesas tributárias	15	(232)	(428)	(180)
Outras receitas operacionais		-	-	2
Outras despesas operacionais		(14)	(15)	(14)
Resultado operacional		339	1.270	260
Resultado antes da tributação do imposto de renda e contribuição social		339	1.270	260
Imposto de renda	16	(49)	(200)	(27)
Contribuição social sobre o lucro	16	(45)	(143)	(28)
Lucro líquido do semestre / exercício		245	927	205
Número de ações		15.763.238	15.763.238	15.763.238
(Lucro por mil ações)		0,0155	0,0588	0,0130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	2ºsem /23	dez/23	dez/22
Lucro líquido do semestre / exercício	245	927	205
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-
Resultado abrangente total	245	927	205

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações do patrimônio líquido

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Redução de capital	Capital a integralizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro 2021	4.950	-	(500)	(42)	(3.945)	463
Aumento de capital em aprovação	3.000	-	-	-	-	3.000
Capital integralizado	-	-	2.000	-	-	2.000
Capital a integralizar	-	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	205	205
Saldos em 31 de dezembro 2022	7.950	-	(1.500)	(42)	(3.740)	2.668
Saldos em 1 de junho 2023	7.950	-	(1.500)	(42)	(3.058)	3.350
Redução de capital em aprovação	-	(1.500)	1.500	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	245	245
Saldos em 31 de dezembro 2023	7.950	(1.500)	-	(42)	(2.813)	3.595
Saldos em 1 de janeiro 2023	7.950	-	(1.500)	(42)	(3.740)	2.668
Redução de capital em aprovação	-	(1.500)	1.500	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	927	927
Saldos em 31 de dezembro 2023	7.950	(1.500)	-	(42)	(2.813)	3.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	2ºsem/23	dez/23	dez/22
Lucro líquido do semestre/exercício antes dos impostos	339	1.270	205
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>			
Ajuste por:			
Depreciações / amortizações	40	105	128
<u>Variação em ativos operacionais:</u>	(64)	225	(371)
(Aumento) Redução de títulos e valores Mobiliários	-	14	145
(Aumento) Redução em outros créditos	(95)	(175)	(666)
(Aumento) em despesas antecipadas	31	(64)	150
Redução de partes relacionadas	-	450	-
<u>Variação em passivos operacionais:</u>	5.142	12.475	2
Aumento (Redução) em depósitos e outros instrumentos financeiros	5.107	12.467	(101)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	117	234	153
Aumento (Redução) em obrigações diversas	8	117	(50)
Impostos sobre o lucro pagos	(90)	(343)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	5.457	14.075	(36)
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</u>			
Aquisições de imobilizado	(21)	(21)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(21)	(21)	-
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</u>			
Integralizações de capital	-	-	2.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	-	-	2.000
Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa	5.436	14.054	1.964
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	10.998	2.380	416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / exercício	16.434	16.434	2.380
Aumento/Redução em caixa e equivalentes de caixa	5.436	14.054	1.964

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., denominada “Companhia”, tem por objeto social as atividades de participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, bem como todas aquelas atividades listadas no Artigo 2º, Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.120 de 1986.

Em fevereiro de 2020 foi registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás uma ata de assembleia geral extraordinária onde deliberou-se por unanimidade de votos a alteração da denominação social de “Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.” para “Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.”, foi aprovado também a inclusão ao objeto social as atividades de operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais. Além de emitir certificados de depósitos de ações e intermediar operações de câmbio.

A Trinus DTVM no segundo semestre de 2023, continua com status de “produção assistida”, operando somente para grupo de clientes controlados. A estratégia inicial de ser uma plataforma com foco B2C (Clientes Pessoas Físicas), foi alterado pela companhia Trinus no ano anterior, para uma plataforma de distribuição dedicada ao público B2B (Clientes Pessoa Jurídica).

Para seguir com a nova estratégia, teve-se início o processo de implementação e adaptação dos serviços e produtos para englobar esse novo tipo de cliente. Estamos com esforço junto aos fornecedores de desenvolvimento de um novo sistema de cadastro digital para PJ; estamos adaptando o portal do investidor para uso das PJs; e estamos reenquadrando os produtos distribuídos que sejam aderente a necessidades destes novos clientes, para isso foi tomada a decisão de não ofertar os serviços de negociação de renda variável, sendo assim, no mês de Abril deste ano, iniciamos o processo de desconectar os serviços relacionados a este produto junto a B3, entre outros prestadores.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela Administração em 06 de março de 2024.

2.1 Alterações nas normas contábeis Brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1))
- Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2))
- Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2))
- Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1))
- Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1))
- Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1))
- Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24)
- Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27)
- Res. 4.424/15 - registro contábil e evidênciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1))
- Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41)
- Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46)

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

Em 25 de novembro de 2021 o BACEN aprovou a Resolução CMN 4.966 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Companhia está em fase de avaliação do cronograma de implementação desta norma, sendo

assim, durante o primeiro semestre de 2024 será possível mensurar e avaliar os devidos impactos nas demonstrações financeiras do exercício de 2024.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação – adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes:** serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- **Provisões:** serão reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

f) Imobilizado de uso

São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para “Sistema de processamento de dados” e de 10% a.a. para as demais contas.

g) Intangível

Gastos em atividades de pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Negociação e intermediação de valores

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores e demais participantes de mercado, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

j) Depósitos

São valores depositados pelos clientes em suas contas correntes, os montantes são registrados pelo seu valor original estando os recursos disponíveis aos clientes para movimentos futuros.

k) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do fechamento de balanço.

l) Demais ativos e passivos

Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço.

m) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observando o critério “pro rata” dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

3 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Disponibilidades		
Depósitos bancários	925	2.380
Aplicações interfinanceiras (i)	15.509	-
Total	16.434	2.380

Aumento das disponibilidades de caixa em dezembro de 2023 em comparação com dezembro de 2022, representado pelo crescimento de receitas de intermediação.

(i) As aplicações financeiras são operações compromissadas realizadas com o Banco Daycoval, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro com vencimento diário e taxas de 11,35% a.a.

4 Instrumentos financeiros

Os certificados de depósitos bancários são aplicações de recursos próprios, estão classificados como “Títulos para negociação” junto ao Banco Daycoval, compostos conforme tabela abaixo:

	Vencimento	Hierarquia do valor justo	dez/23	Valor de custo	dez/22
<u>Títulos para negociação</u>					
Carteira própria					
Certificados de depósitos bancários	08/04/2024	Nível 2	-	-	14
Total			-	-	14

Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

5 Outros ativos

i) Créditos diversos

	dez/23	dez/22
Rendas a receber	3	45
Adiantamentos salariais e fornecedores	23	13
Impostos a compensar	456	161
Devedores diversos	-	88
Total	482	307

ii) Despesas antecipadas

	dez/23	dez/22
Despesas a apropriar	89	25
Total	89	25

O montante é composto substancialmente por serviços pagos a Oracle no montante de R\$ 89 decorrente de licença trimestral a ser utilizada pela Distribuidora.

iii) Partes relacionadas

	dez/23	dez/22
Títulos e créditos a receber	-	450
Total	-	450

Valor enviado para a holding Trinus Co com a finalidade de utilização de caixa para pagamentos diversos. O valor foi recebido em fevereiro de 2023.

6 Imobilizado de uso

Composição do imobilizado

	dez/23		dez/22	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado de uso				
Instalações (a)	348	(348)	-	46
Móveis e equipamentos de uso	82	(47)	35	43
Computadores e periféricos	194	(128)	66	80
Total	624	(523)	101	169

Composição do imobilizado

	dez/22		dez/21	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado de uso				
Instalações (a)	348	(302)	46	116
Móveis e equipamentos de uso	82	(39)	43	52
Computadores e periféricos	173	(93)	80	114
Total	603	(434)	169	282

- (a) Saldo referente a instalações incorridas no imóvel pertencente a terceiros, alugado pela Holding por meio do contrato firmado em 01/08/2017 e aditivado em 10/09/2018 transferindo a titularidade para a Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. anteriormente denominada Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Consideramos que as instalações realizadas no imóvel aumentam a capacidade de produção e eficiência da DTVM, conforme Resolução BACEN nº 4535/16 art. 5º.

Movimentação do imobilizado

	dez/22	Adições	Baixas	Depreciação	dez/23
Imobilizado de uso					
Instalações	46	-	-	(46)	-
Móveis e equipamentos de uso	43	-	-	(8)	35
Computadores e periféricos	80	21	-	(35)	66
Total	169	21	-	(89)	101

Movimentação do imobilizado

	dez/21	Adições	Baixas	Depreciação	dez/22
Imobilizado de uso					
Instalações	116	-	-	(70)	46
Móveis e equipamentos de uso	52	-	-	(9)	43
Computadores e periféricos	114	-	-	(34)	80
Total	282	-	-	(113)	169

7 Intangível

Composição do intangível

	dez/23		dez/22	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Sistemas e softwares	79	(61)	18	34
Total	79	(61)	18	34

Composição do intangível

	dez/22		dez/21	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Sistemas e softwares	79	(45)	34	49
Total	79	(45)	34	49

Movimentação do intangível

	dez/22	Adições	Baixas	Amortização	dez/23
Sistemas e softwares	34	-	-	(16)	18
Total	34	-	-	(16)	18

Movimentação do intangível

	dez/21	Adições	Baixas	Amortização	dez/22
Sistemas e softwares	49	-	-	(15)	34
Total	49	-	-	(15)	34

8 Depósitos

Depósitos e outros instrumentos financeiros	dez/23	dez/22
Negociação e intermediação de valores		
Depósitos de clientes (a)	12.538	71
Total	12.538	71

(a) Os saldos de depósitos são valores enviados pelos correntistas da Distribuidora para movimentação de seus recursos em demais operações que sejam efetuadas relacionadas a pagamentos, transferências, aplicações e outras.

9 Outros passivos

Outros passivos	dez/23	dez/22
Fiscais e previdenciárias	415	181
Impostos e contribuições sobre terceiros	3	5
Impostos e contribuições sobre salários	59	43
Impostos sobre o lucro	342	55
Demais impostos a recolher	11	78
Provisão para pagamentos a efetuar	415	316
Outras obrigações com pessoal	173	158
Obrigações com pagamentos a efetuar	242	158
Diversas	161	139
Outras obrigações	11	11
Obrigações por aquisição de bens e direitos	22	-
Provisões para contingências (NE 18)	128	128
Total	991	636

10 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.950 (R\$ 7.950 em 2022), está representado por 15.763.238 (15.763.238 em 2022) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 7.881.619 (7.881.619 em 2022) ações ordinárias e 7.881.619 (7.881.619 em 2022) ações preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2022 a administração da Companhia aprovou: i) aumento de capital no montante de R\$ 3.000 mediante emissão de 5.948.384 (cinco milhões, novecentas e quarenta e oito mil e trezentas e oitenta e quatro) novas ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.974.192 ações ordinárias e 2.974.192 ações preferenciais.

Em 5 de dezembro de 2022, o Banco Central do Brasil – BACEN, emitiu o Ofício nº 32.282/2022– BCB/Deorf/GTRJA com a aprovação do aumento de capital para R\$ 7.950 milhões assim como autorizou a reforma estatutária submetida pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de novembro de 2023 a administração da Companhia aprovou: i) redução de capital no montante de R\$ 1.500 mediante cancelamento de 2.974.192 (dois milhões, novecentas e setenta e quatro mil e cento e noventa e dois) ações, sendo 1.487.096 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil e noventa e seis) ações ordinárias e 1.487.096 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil e noventa e seis) ações preferenciais.

b) Reservas de lucros

O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações:

5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social. Pagamento de dividendos, que de acordo com o estatuto social é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.

O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor.

As destinações dos lucros são realizadas no encerramento do exercício social.

c) Política de distribuição de dividendos

Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social a Companhia distribuirá, por deliberação da diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76.

d) Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	dez/23	dez/22
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias	927	205
Média ponderada das ações no período	7.882	7.564
Resultado por ação - básico e diluído	0,1176	0,1482

11 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2ºsem/23	dez/23	dez/22
Rendas com aplicações interfinanceiras	1.503	2.899	321
Rendas com títulos e valores mobiliários	-	1	270
Receitas com intermediação financeira	-	837	2.577
Total	1.503	3.737	3.168

12 Receitas de prestação de serviços

	2ºsem/23	dez/23	dez22
Receitas com assessorias técnicas (a)	1.525	2.366	-
Receitas com comissão de colocações de títulos e valores mobiliários	1	6	131
Receitas com corretagens de operações em bolsa	-	-	5
Total	1.526	2.372	136

(a) A Distribuidora vem participando ao longo de 2023 de serviços de estruturação e distribuição no mercado de capitais, por meio dessas atividades vem realizando receitas como coordenador líder e na estruturação dessas operações.

13 Despesas de pessoal

	<u>2ºsem/23</u>	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Despesas com pessoal - benefícios	(118)	(199)	(149)
Despesas com pessoal - encargos sociais	(154)	(286)	(263)
Despesas com pessoal - proventos	(517)	(975)	(779)
Outras despesas com pessoal	(3)	(55)	(8)
Total	(792)	(1.515)	(1.199)

14 Outras despesas administrativas

	<u>2ºsem/23</u>	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Despesas com serviços técnicos especializados	(73)	(103)	(48)
Despesas com processamento de dados (a)	(891)	(1.628)	(1.040)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(20)	(40)	(38)
Despesas com publicação	(1)	(12)	-
Despesas com água, energia e gás	(15)	(30)	(38)
Despesas com aluguel	(78)	(123)	(101)
Despesas com manutenções	-	-	(4)
Despesas com comunicações	(16)	(68)	(59)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(474)	(556)	(130)
Despesas com depreciações/amortizações	(41)	(105)	(128)
Outras despesas	(43)	(216)	(67)
Total	(1.652)	(2.881)	(1.653)

(a) Composto por despesas em infraestrutura, principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia. Tais contratos e serviços que tem sido realizados são destinados a licenças mensais as quais em sua grande maioria seguem os padrões de mercado dos softwares, ou seja, não há por parte da Companhia a aquisição desses aplicativos que possam configurar como direitos a amortização nos próximos anos.

(b) Os serviços prestados englobam combinação de serviços administrativos de rotina, com fornecimento de preparo de folha de pagamento, pacote de serviços administrativos, marketing, serviços de contabilidade e auditoria

15 Despesas tributárias

	<u>2º sem/23</u>	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Despesas com PIS	(20)	(37)	(17)
Despesas com COFINS	(121)	(224)	(99)
Despesas com demais impostos e taxas	(59)	(101)	(22)
Despesas com taxa de fiscalização da CVM	(32)	(66)	(42)
Total	(232)	(428)	(180)

16 Imposto de renda e contribuição social

	dez/23		dez/22	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração do IR e CSLL				
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	1.270	1.270	260	260
Base de cálculo de IR e CSLL	1.277	1.277	260	260
Adições / (exclusões)	7	7	-	-
Despesas indedutíveis	7	7	-	-
Outras exclusões	-	-	-	-
Lucro antes das compensações	1.276	1.276	260	260
Compensação de prejuízos	(383)	(383)	(76)	(76)
Lucro Real	893	893	184	184
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	(200)	-	(27)	-
Encargos de 16% de CSLL	-	(143)	-	(28)

Em 31 de dezembro de 2023, a Distribuidora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 4.160 não contabilizados (R\$ 4.543 em dez/2022).

17 Operações com partes relacionadas

A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

17.1 Contas a pagar e a receber com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui montantes com partes relacionadas conforme abaixo:

	dez/23	dez/22
Depósitos da DTVM na SCD	915	-
Depósitos bancários - Trinus SCD	915	-
Depósitos dos clientes em conta corrente na DTVM	-	-
Depósitos bancários - Trinus SCD	-	-
Depósitos bancários - Sócios / Diretores	-	-
Valores a pagar	22	-
Aquisição de bens - Trinus CO	22	-
Total	937	-

17.2 Remuneração aos administradores e acionistas

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto social da Companhia, onde, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação.

Os administradores quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os Sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

18 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionadas na Rubrica "Outras obrigações". No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi provisionado o montante de R\$ 128 (R\$ 128 em 2022) referente a processo trabalhista com notificação de risco provável por parte dos assessores jurídicos.

Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia processos com a probabilidade de perda possível.

19 Gestão de risco

A Distribuidora tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III.

Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais.

19.1 Limites operacionais

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para dezembro de 2023 foi de 163,63% (o indicador é único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A., em dezembro de 2022 o indicador era 171,96% para o conglomerado).

Conforme Art. 76 da Resolução 4.966 segue a divulgação do plano de ação para a implementação da regulação contábil estabelecida. Foram realizados encontros entre o time de Risco da Trinus Investimentos e o time de contabilidade da Denver Contábil em 2022 para a elaboração do cronograma apresentado a seguir. No exercício de 2023 foram realizados estudos sobre os procedimentos para a contabilização dos ativos e passivos conforme descritos nos capítulos da Resolução 4.966. Durante o exercício de 2024 serão avaliados as implicações e ajustes da alteração nos lançamentos (conforme artigos 70 a 78). O resultado esperado é que na data de 1º de janeiro de 2025, quando a totalidade dos dispositivos entram em vigor, todos os procedimentos, bem como as demonstrações financeiras (aqui incluso as notas explicativas) estejam de acordo com a Resolução.

20 Eventos subsequentes

Entre a data base das demonstrações financeiras e a aprovação delas pela Administração não foram identificados eventos subsequentes que sejam necessários divulgação ou registro nas demonstrações financeiras.